

SUMÁRIO



PP-ES

*500 Questões Gabaritadas
Policial Penal*

LÍNGUA PORTUGUESA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	43

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	18

INFORMÁTICA

QUESTÕES.....	1
GABARITO	18

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	11

DIREITOS HUMANOS

QUESTÕES.....	1
GABARITO	11

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	17

SUMÁRIO

SUMÁRIO



DIREITO PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

DIREITO PROCESSUAL PENAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	16

LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL ESPECIAL

QUESTÕES.....	1
GABARITO	18

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA PENAL DO ES-TADO

QUESTÕES.....	1
GABARITO	6

SUMÁRIO

**1. (2024)**

O plural dos elementos compostos, mesmo com o novo acordo ortográfico, ainda oferece dúvidas. As dificuldades são de ordem ortográfica e de ordem gramatical. Em relação a de ordem ortográfica (uso do hífen) todas as palavras abaixo estão corretas. Em relação a de ordem gramatical (plural) uma está INCORRETA.

Qual?

- (A) Decreto-leis.
- (B) Vice-reis.
- (C) Tique-taques.
- (D) Furta-cores.
- (E) Cabras-cegas.

2. (2024)**As Viagens de Marco Polo: a verdadeira história do livro do século XIV**

É possível confiar em um homem que afirma ter visto um unicórnio na ilha de Sumatra, na Indonésia?

Esta e outras questões igualmente válidas lançam dúvidas sobre a confiabilidade dos relatos de Marco Polo (1254-1324), desde que o livro *As Viagens de Marco Polo* se tornou um best-seller, no século XIV.

A obra foi traduzida para dezenas de idiomas, copiada à mão em incontáveis manuscritos e era disponível em qualquer local sofisticado da Europa.

O livro de Marco Polo é o primeiro relato europeu sobre a Rota da Seda. Suas histórias são repletas de maravilhas, especiarias, ouro e pedras preciosas.

Elas também descrevem hábitos extravagantes e fascinantes estratégias de guerra. Tudo isso faz com que a leitura do relato de viagem seja um verdadeiro prazer — mas também, em parte, algo “difícil de acreditar”, como observou um copista particularmente escrupuloso ao lado da sua cópia.

Mas não é preciso ser tão cético. Atualmente, setecentos anos após a morte de Marco Polo, no dia 8 de janeiro de 1324, podemos dizer com bastante certeza de que o famoso comerciante, explorador, escritor e antropólogo autodidata veneziano, de fato, viu um unicórnio — ou, pelo menos, não teria mentido a respeito.

“Veneza era a Nova York do mundo da época”, segundo o historiador italiano Pieralvise Zorzi. Sua família tem raízes que remontam aos tempos de Marco Polo e mais além.

A cidade era uma metrópole multicultural e receptiva — um centro comercial vibrante que conectava o Ocidente ao Oriente e onde a única religião verdadeira era o comércio. E a família Polo se destacou nesta atividade.

O pai de Marco Polo, Niccolò, e seu tio, Matteo, tinham um palácio muito próximo onde hoje fica o apartamento de Zorzi no Grande Canal de Veneza.

Eles também mantinham escritórios em Istambul, na Turquia, mas sua perspicácia os levou a fechá-los pouco antes que os gregos tomassem a cidade e expulsassem os venezianos.

Niccolò e Matteo Polo venderam tudo na hora certa e saíram para o Oriente, em busca de novos mercados.

Eles comercializaram seda, especiarias, pedras preciosas e a cobiçada glândula de um pequeno animal, o veado-almiscareiro, usada no preparo de perfumes. Eles voltaram a Veneza depois de alguns anos e, na sua segunda viagem à China, em 1271, levaram Marco Polo, então com dezessete anos de idade.



Raciocínio Lógico-Matemático

1. (2025)

Em um curso preparatório para concursos públicos a média das idades de uma turma com 20 alunos é 24 anos. Dois alunos com a mesma idade ingressaram nessa turma fazendo com que a média aritmética das idades subisse para 25 anos. Qual a idade dos alunos que ingressaram na turma?

- (A) 25 anos.
- (B) 28 anos.
- (C) 30 anos.
- (D) 40 anos.
- (E) 35 anos.

2. (2024)

Silvia fez 3 testes de um processo seletivo, com pesos diferentes para o cálculo da média final, tendo como notas e seus respectivos pesos os valores abaixo:

Teste 1: nota 8, peso 3

Teste 2: nota 7, peso 2

Teste 3: nota 9, peso 5

Qual foi a média de Silvia?

- (A) A média de Silvia foi 6,8.
- (B) A média de Silvia foi 8,9.
- (C) A média de Silvia foi 7,5.
- (D) A média de Silvia foi 9,7.
- (E) A média de Silvia foi 8,3.

3. (2023)

A seguinte tabela apresenta as idades de alunos da turma do primeiro do ensino médio de uma escola.

Idades	Quantidade
16 anos	5 alunos
15 anos	16 alunos
18 anos	9 alunos
14 anos	10 alunos
17 anos	10 alunos
13 anos	3 alunos
Total geral de alunos:	53 alunos

**1. 2024**

É um tipo de software que é utilizado para suprir deficiências do sistema operacional, ele normalmente está relacionado ao modo de funcionamento de uma infraestrutura computacional. Marque a alternativa CORRETA que corresponde a um tipo de software.

- (A) Utilitários.
- (B) Desenvolvimento.
- (C) Aplicativos.
- (D) Básico.

2. 2024

São softwares que têm a finalidade de desempenhar tarefas específicas, ligadas ao trabalho de uma empresa. Esses softwares são divididos em específico e genérico. Marque a alternativa CORRETA que corresponde ao contexto.

- (A) Aplicativos.
- (B) Utilitários.
- (C) Compiladores.
- (D) Interpretadores.

3. 2024

Todas as informações lidas, tratadas e armazenadas nos computadores são codificadas em _____(bit), representado pelos algarismos 0 ou 1. Marque a alternativa CORRETA que completa a lacuna.

- (A) código hexadecimal
- (B) código binário
- (C) código decimal
- (D) código octal

4. 2024

Considere as afirmativas relacionadas ao hardware e ao software de um computador, apresentadas a seguir. Registre **V**, para **verdadeiras**, e **F**, para **falsas**:

- () Hardware engloba as partes visíveis de um computador,
- () Software refere-se aos componentes físicos de um computador, como processador e memória RAM.
- () O software orienta o hardware sobre as funções que devem ser realizadas, trabalhando sempre de forma independente.

Assinale a alternativa com a sequência respectivamente correta:

- (A) V – F – F.
- (B) F – F – F.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – V.

**1. (2024)**

A Lei de Improbidade Administrativa - LIA, Lei nº 8.429/1992, objetiva assegurar a integridade do patrimônio público e social, através da tutela da probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções.

Com base no que dispõe a LIA, analise as alternativas e assinale a opção INCORRETA:

- (A) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- (B) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.
- (C) Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- (D) Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas e culposas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 da LIA, ressalvados tipos previstos em leis especiais.
- (E) As disposições da LIA são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

2. (2024)

A Lei nº 8.429/1992, Lei de Improbidade Administrativa, dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal. Com base no referido regramento, analise as afirmativas abaixo:

I. Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas culposas e dolosas tipificadas na Lei 8.429/1992, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

II. Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

III. Estão sujeitos às sanções da Lei 8.429/1992 os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.

IV. Consideram-se agentes públicos, para efeitos da Lei 8.429/1992, o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, desde que remunerado e não transitoriamente, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública direta e indireta, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.

**1. (2025)**

Os direitos humanos não existem isoladamente e dependem, para que sejam respeitados, de diversas características que condicionam a atuação dos cidadãos e do Estado. Assinale a alternativa que apresenta o que pode contribuir para uma sociedade mais equitativa e respeitosa dos direitos humanos.

- (A) A efemeridade dos direitos humanos.
- (B) A inequidade dos direitos humanos.
- (C) A indivisibilidade dos direitos humanos.
- (D) A regionalização dos direitos humanos.

2. (2024)

Os direitos humanos são inerentes à condição humana e as denominadas dimensões possuem uma função didática para o estudo do reconhecimento de cada categoria desses direitos, isso porque eles são interdependentes. Assim, de acordo com a doutrina, há os direitos de primeira dimensão (de titularidade individual), os direitos de segunda dimensão (de titularidade coletiva) e os direitos de terceira dimensão (de titularidade difusa). Considerando a classificação proposta pela doutrina, analise os seguintes direitos e assinale a alternativa que apresenta suas respectivas dimensões, na mesma ordem.

- I. Direito à liberdade de crença.
 - II. Direito à conservação e utilização do patrimônio histórico e cultural.
 - III. Direito à educação.
 - IV. Direito à saúde.
 - V. Direito ao reconhecimento da pessoa humana.
- (A) 2ª dimensão; 3ª dimensão; 2ª dimensão; 2ª dimensão; 2ª dimensão.
 - (B) 1ª dimensão; 3ª dimensão; 2ª dimensão; 2ª dimensão; 1ª dimensão.
 - (C) 1ª dimensão; 2ª dimensão; 3ª dimensão; 3ª dimensão; 2ª dimensão.
 - (D) 2ª dimensão; 2ª dimensão; 2ª dimensão; 2ª dimensão; 1ª dimensão.
 - (E) 3ª dimensão; 3ª dimensão; 2ª dimensão; 2ª dimensão; 1ª dimensão.

3. (2022)

O fundamento basilar dos Direitos Humanos diz respeito ao seu caráter essencialmente

- (A) coletivo.
- (B) individual.
- (C) seletivo.
- (D) universal.

**1. (2024)**

Assinale a alternativa que indica, corretamente, um fundamento da República Federativa do Brasil, previsto na Constituição Federal:

- (A) O desenvolvimento nacional.
- (B) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (C) A erradicação da pobreza.
- (D) A promoção igualitária do bem de todos.
- (E) A dignidade da pessoa humana.

2. (2024)

A Constituição Federal de 1988 estabelece princípios fundamentais que orientam a organização política, econômica e social do Estado brasileiro. Estes princípios formam a base da estrutura constitucional e asseguram os direitos e garantias fundamentais, além de definir a soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e o pluralismo político. Sobre o assunto, julgue as seguintes afirmações como verdadeiras (V) ou falsas (F):

() A soberania é um princípio fundamental que confere ao Brasil o direito de legislar exclusivamente dentro de seu território, sem qualquer limitação externa.

() O pluralismo político assegura a liberdade de expressão e organização de grupos com diferentes ideologias, desde que não contrariem os princípios de uma economia centralizada.

() A dignidade da pessoa humana é considerada um princípio fundamental e norteia toda a ordem jurídica brasileira, servindo de base para a interpretação dos direitos e garantias individuais.

Assinale a alternativa cuja respectiva ordem de julgamento está correta:

- (A) F – F – F.
- (B) V – V – V.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – F.

3. (2024)

É correto afirmar que, nos termos do Art. 3º, da Constituição Federal, é um objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- (A) A independência nacional.
- (B) O pluralismo político.
- (C) A garantia do desenvolvimento nacional.
- (D) A solução pacífica dos conflitos.

**1. 2024**

De acordo com os princípios da administração pública, qual refere-se à capacidade de a administração pública alcançar seus resultados de maneira satisfatória, evitando desperdícios e utilizando de forma otimizada os recursos disponíveis.

Este princípio visa assegurar um serviço público de qualidade, promovendo a eficácia nas ações governamentais.

- (A) Princípio da impessoalidade.
- (B) Princípio da publicidade.
- (C) Princípio da moralidade.
- (D) Princípio da legalidade.
- (E) Princípio da eficiência.

2. 2024

O _____, orienta a atuação dos servidores públicos na administração pública. Ele visa garantir a prestação de serviços públicos com qualidade, celeridade e responsabilidade, buscando o melhor atendimento às necessidades da sociedade. Qual princípio orienta a atuação dos servidores públicos na administração pública, assinale a opção que completa corretamente a lacuna no excerto.

- (A) Princípio da hereditariedade
- (B) Princípio da discricionariedade
- (C) Princípio da eficiência
- (D) Princípio da estabilidade

3. 2024

Os princípios administrativos funcionam como diretrizes para a atuação dos gestores públicos, assegurando que suas ações estejam alinhadas com os valores e objetivos da administração pública.

Sobre o assunto, avalie as assertivas abaixo:

I. O princípio da legalidade administrativa prescreve que o gestor público somente poderá fazer aquilo que a lei autorizar.

II. A vedação ao nepotismo encontra amparo nos Princípios da Impessoalidade e da Moralidade.

III. A manutenção de sigilo sobre informações necessárias à segurança da sociedade e do Estado viola o Princípio da Publicidade.

IV. O Princípio da Eficiência foi incluído no texto constitucional pela Emenda nº 19/1998, conhecida como Reforma Administrativa.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A assertiva **III** está correta e as assertivas **I, II e IV** estão incorretas.
- (B) As assertivas **I, II e IV** estão corretas e a assertiva **III** está incorreta.
- (C) As assertivas **II e III** estão corretas e as assertivas **I e IV** estão incorretas.
- (D) A assertiva **IV** está correta e as assertivas **I, II e III** estão incorretas.
- (E) As assertivas **I, II, III e IV** estão corretas.

**1. (2021)**

Considerando os sujeitos da infração penal, pode-se dizer que a pessoa que realiza direta ou indiretamente a conduta criminosa, seja isoladamente, seja em concurso, é sujeito:

- (A) Menor de idade.
- (B) Ativo.
- (C) Passivo.
- (D) Amicus curiae.
- (E) Terceiro interessado.

2. (2025)

Um agente foi denunciado por fato típico ocorrido em 2020, sob a vigência de uma lei penal mais gravosa. No entanto, em 2023, uma nova lei, mais benéfica, descriminalizou parcialmente a conduta, substituindo a pena privativa de liberdade por medida alternativa. O processo ainda não teve sentença definitiva. Com base nos critérios legais que regem a aplicação da lei penal no tempo, inclusive quanto à retroatividade e à ultratividade, assinale a alternativa correta.

- (A) Aplicar a Lei vigente ao tempo do fato, ainda que mais gravosa, pois a lei penal tem efeito imediato e não se admite retroatividade, salvo em caso de anistia ou indulto.
- (B) Aplicar a nova norma apenas se já houver trânsito em julgado da sentença condenatória, pois antes disso o juiz deve julgar com base na Lei vigente à época da denúncia.
- (C) Preservar a aplicação da Lei anterior, por força do princípio da segurança jurídica, que impede alterações punitivas retroativas, mesmo que a nova Lei seja mais benéfica.
- (D) Aplicar a norma mais recente somente se houver expressa revogação da anterior por meio de cláusula de retroatividade prevista no próprio texto da nova Lei penal.
- (E) Aplicar a nova Lei penal mais benéfica, ainda que promulgada após o fato, pois a norma posterior que favorece o réu retroage para alcançar fatos pretéritos, mesmo que a ação penal esteja em curso.

3. (2023)

Quanto ao tempo do crime é correto afirmar:

- (A) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- (B) Considera-se praticado o crime somente no momento da ação.
- (C) Considera-se praticado o crime tentado no momento da ação ou omissão culposa, ainda que outro seja o momento do resultado naturalístico.
- (D) Considera-se praticado o crime somente no momento da ação, pouco importando o momento do resultado.

**1. (2023)**

São Princípios norteadores do direito processual penal, expressos na constituição, exceto.

- (A) Princípio da presunção da inocência.
- (B) Princípio da publicidade.
- (C) Princípio do favor rei.
- (D) Princípio da autocomposição.
- (E) Princípio da vedação das provas ilícitas.

2. (2023)

O Código de Processo Penal estabelece no art. 42: “O Ministério Público não poderá desistir da ação penal”. O referido dispositivo legal retrata:

- (A) o princípio da indisponibilidade;
- (B) o princípio da isonomia;
- (C) o princípio da presunção de inocência;
- (D) o princípio do juiz natural;
- (E) o princípio da proporcionalidade.

3. (2023)

De acordo com o Código de Processo Penal, o acusado tem a prerrogativa e o direito de estar presente à audiência, quando da oitiva das testemunhas de acusação e defesa. A defesa realizada pelo próprio réu, sem a participação de um advogado, é definida como:

- (A) defesa técnica;
- (B) defesa peremptória;
- (C) autodefesa;
- (D) negativa de acusação;
- (E) defesa protelatória.

4. (2023)

A ocorrência de processo e julgamento, por juiz de direito, de pessoa que detenha foro privilegiado nos tribunais viola o princípio

- (A) do contraditório.
- (B) da ampla defesa.
- (C) da oficiosidade.
- (D) da presunção de inocência.
- (E) do juiz natural.

**1. (2023)**

A Lei que dispõe sobre as sanções penais e administrativas, derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, dispõe três observações, à autoridade competente, para imposição e gradação da penalidade ambiental: a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente; os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental; e a situação econômica do infrator, no caso de multa. Conforme o artigo 15º, da Lei nº 9.605/1998, assinale a circunstância, que **não** constitui ou qualifica o crime ambiental, não prevista para agravar a pena.

- (A) Comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental.
- (B) Atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos.
- (C) Concorrendo para danos à propriedade alheia.
- (D) Afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente.
- (E) Facilitada por funcionário público no exercício de suas funções.

2. (2024)

Dentre as alternativas a seguir, referente ao disposto na Lei 7.210/84 (que institui a Lei de Execução Penal), assinale a que esteja correta.

- (A) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando evitar o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, porém não se estenderá ao egresso.
- (B) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina. A prestação de trabalho a entidade privada depende do consentimento expresso do preso.
- (C) A assistência à saúde do preso e do internado de caráter repressivo e curativo compreenderá atendimento médico, farmacêutico e psicológico.
- (D) Ao condenado à pena privativa de liberdade será facultado o trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.
- (E) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado também em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina. O limite máximo do número de presos será de 5% (cinco por cento) do total de empregados na obra.

3. (2021)

Godofredo foi condenado pela prática de crime de estupro de vulnerável, em decisão já transitada em julgado. Durante o cumprimento de sua pena, em regular revista das celas determinada pela Administração Penitenciária, foi encontrado em sua posse aparelho telefônico que permitia a comunicação com o ambiente externo e/ou com outros presos, o que configura falta grave. O Superior Tribunal de Justiça tem se posicionado várias vezes sobre o tema “falta grave durante a execução penal”. A respeito da posição do STJ, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) A utilização de tornozeleira eletrônica sem bateria suficiente não configura falta disciplinar de natureza grave, por ausência de previsão legal na LEP.
- (B) É necessária a individualização da conduta para reconhecimento de falta grave praticada pelo apenado em autoria coletiva, não se admitindo a sanção coletiva a todos os participantes indistintamente.



1. De acordo com a Lei Complementar nº 46/1994, os cargos de provimento efetivo são organizados:
- (A) Por tempo de serviço e experiência profissional.
 - (B) Em comissões e funções gratificadas.
 - (C) Em carreiras, segundo diretrizes definidas em lei.
 - (D) Conforme a conveniência da autoridade superior.
 - (E) Mediante regulamentação da chefia imediata.
2. A posse no cargo público ocorrerá no prazo de até:
- (A) 45 dias da nomeação, prorrogável por mais 30.
 - (B) 30 dias da publicação do ato de nomeação, prorrogável por mais 30 dias.
 - (C) 60 dias corridos da inscrição em concurso público.
 - (D) 10 dias úteis da entrega de documentação obrigatória.
 - (E) 15 dias úteis após inspeção médica oficial.
3. O estágio probatório é o período de:
- (A) 6 meses para avaliação de aptidão funcional.
 - (B) 1 ano em que o servidor é treinado.
 - (C) 2 anos, com avaliação semestral.
 - (D) 3 anos de avaliação de desempenho.
 - (E) 5 anos, conforme o tipo de cargo ocupado.
4. Conforme a LC nº 46/1994, são requisitos para ingresso no serviço público, exceto:
- (A) Nacionalidade brasileira ou equiparada.
 - (B) Idade mínima de dezoito anos.
 - (C) Sanidade física e mental.
 - (D) Escolaridade mínima de nível superior.
 - (E) Quitação com as obrigações militares e eleitorais.
5. A respeito da estabilidade, assinale a alternativa correta:
- (A) Adquire-se a estabilidade após o término da posse.
 - (B) O servidor adquire estabilidade após 3 anos de efetivo exercício.
 - (C) A estabilidade é garantida ao servidor comissionado.
 - (D) Servidores temporários possuem estabilidade após 2 anos.
 - (E) A estabilidade independe de concurso público.